

# **UMA CRUZADA PARA A CIDADE: DOM HELDER CAMARA E O RIO DE JANEIRO NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960**

**Aluno: Matheus Lima Targuêta**

**Orientadores: Margarida de Souza Neves; Silvia Ilg Byington; Eduardo Gonçalves**

## **1. Relatório técnico**

### **Introdução**

Em 1940, no trigésimo dia do mês de outubro, foi publicado o decreto assinado pelo Presidente Getúlio Vargas autorizando o funcionamento das Faculdades Católicas. Naquele preciso momento, institucionalmente, consumava-se pelo menos duas décadas de planejamento e trabalho; passado, presente e futuro foram unidos para levantar do pó da terra, segundo as palavras do pe. Leonel Franca S.J.: “uma Universidade Católica para o Brasil”. A escolha do lema “*alis grave nil*” (com asas nada é pesado) pareceu própria e adequada.

Muitas eram as expectativas em torno daquele projeto, diversas aspirações orbitavam ao seu redor. A ambição de atuar como centro de excelência na formação de intelectuais profissionais católicos, que fossem capazes de agir na sociedade como uma força (re)cristianizadora, foi a principal meta, entre outras, imaginada pelos idealizadores das Faculdades Católicas. Como, porém, nada existe que se sobreponha à ação dos homens no tempo, a, hoje, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro foi, e ainda o é, continuamente (re)significada pelas mentes, corações e mãos daqueles que, em algum momento, viveram seu campus.

Ainda que atualmente o caráter missionário-religioso já não mais figure, nos moldes de uma igreja como a da primeira metade do século XX, em seu horizonte; podemos perceber a existência de certo núcleo de intenções que perpassa a história da Instituição ao longo de seus setenta e cinco anos de existência. Dito de outra maneira, é possível constatar que a memória institucional carrega em si um elemento identitário fundamental, que está organicamente ligado a uma ideia de futuro, de projeto, isto é: os valores humanistas e a profícua integração entre ensino e pesquisa, para obtenção de excelência acadêmica, a fim de formar indivíduos capazes de atuar com qualidade e inovação não somente em seus respectivos campos de saber, mas também na sociedade em que vivem.

Desta maneira, a Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, em 2006, por ocasião das comemorações em torno dos 40 anos de existência de diversos programas de pós-graduação e pesquisa, tomou ciência de que zelar pela memória institucional é dar substância ao escopo identitário da Universidade e, simultaneamente, fornecer base e incentivo aos projetos futuros. É neste intuito que nasce o Núcleo de Memória da Pós-Graduação e da Pesquisa na PUC-Rio, visando recolher, sistematizar, cadastrar e publicar em seu endereço eletrônico os registros de memória da Universidade, especialmente aqueles ligados à pesquisa e que se encontram nos acervos da direção da Universidade e dos departamentos da Instituição, ou até mesmo em acervos públicos e privados.

Com o avanço da investigação sobre os Programas de Pós-Graduação, constatou-se que a relação dinâmica entre ensino e pesquisa não se restringia somente aos estudos pós-graduados, mas tocavam, também, os cursos de graduação; e estes, por sua vez, abrangem boa parte das atividades empreendidas pela Academia. Desta maneira observou-se, devido à demanda da própria identidade institucional, a necessidade de ampliar os objetivos e acrescentar outros àqueles originais do Núcleo de Memória. É neste intuito que, em 2008, o Núcleo começa a tratar de outras atividades da Universidade, agora entendida em maior amplitude e complexidade, e torna-se o Núcleo de Memória da PUC-Rio.

Seu acervo, como consta em sua proposta, deve ser descentralizado, dinâmico e plural, aberto para usufruto da comunidade acadêmica, a fim de que seja trabalhado e reinterpretado. Ainda que possua um acervo digital e, em alguns casos, físico; ele não é necessariamente caracterizado pela posse de um conjunto material de documentação, mas, antes, por ser capaz de localizar, valorizar e divulgar tais registros, que podem estar contidos em diferentes suportes de memória, situados em diversos arquivos. Isto é, o acervo busca expressar a vitalidade da memória e da história institucional, na contramão da ideia de que estes dois campos de saber dizem respeito somente ao passado, sendo pouco relevantes para a atualidade e, por conseguinte, para o futuro. Desta maneira, o Núcleo de Memória da PUC-Rio assume as características de um “lieux de mémoire”, conceito elaborado pelo historiador francês Pierre Nora, que propõe a existência de “lugares de memória” cujas características são: constituir-se em um lugar físico de construção de memória, um lugar que tem por função fazer memória, e um lugar simbólico da memória. Respalhado pela Instituição, reconhecido pela comunidade acadêmica intra e extra muros, e também pelo público, tal como atestam as muitas consultas recebidas pelo Núcleo, torna-se patente a relevância dele no processo de constituição da memória institucional.

O Núcleo de Memória da PUC-Rio é vinculado à Vice-Reitoria para assuntos Acadêmicos (VRAC) e é coordenado pela professora Margarida de Souza Neves e pela pesquisadora Silvia Ilg Byington. Também é integrado pelos pesquisadores Clóvis Gorgônio e Eduardo Gonçalves, o fotógrafo Antônio Albuquerque, e os bolsistas de iniciação científica André Penna-Firme, Fabio Cano Gómez, Yasmin Getirana, Matheus Lima Targuêta e Miguel Azaldegui.

Este Relatório Anual lista as atividades realizadas por este bolsista no período compreendido de 01 de junho de 2014 até 31 de julho de 2015; dividindo-se em duas seções: a primeira, o Relatório Técnico, de cunho descritivo, aponta e explica resumidamente a produção e atividades realizadas em grupo e as contribuições individuais deste bolsista. A segunda seção consiste no Relatório Substantivo, isto é, apresenta o texto que consolida o trabalho individual de pesquisa deste bolsista no período abrangido por esse Relatório, e que tem como objetivo final a elaboração de uma monografia de conclusão do curso de graduação em História.

### **Atividades em equipe**

Esta seção do Relatório Técnico diz respeito às atividades empreendidas pela equipe do Núcleo de Memória da PUC-Rio entre 01 de junho de 2014 até 31 de julho de 2015. Portanto, visa apresentar de forma descritiva e sintética a produção realizada em grupo neste período e que cobrem os seguintes aspectos:

01. Recepcionar; selecionar; registrar; encaminhar; localizar; (re)alocar; restaurar; digitalizar e disponibilizar acervos e documentos direta ou indiretamente relacionados à memória institucional da PUC-Rio.

02. Consultar professores, pesquisadores, ex-alunos e funcionários para coletar e aferir informações sobre material e documentos pesquisados;

03. Identificar fotografias coletadas e selecionadas para cadastrar no acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio.

04. Realizar seminários de leitura internos com a participação dos componentes da equipe para discussão de textos teóricos sobre os conceitos relativos à Memória. Neste ano, um seminário teve caráter particular e contou com a presença do professor Eduardo Jardim, do Departamento de Filosofia, e se consistiu em uma entrevista acerca de sua memória sobre os acontecimentos nos anos de ditadura militar no Brasil e sua memória enquanto professor na PUC-Rio nesse período. A listagem dos seminários realizados consta do próximo item desse Relatório.

05. Realização de reuniões técnicas semanais com a participação de toda a equipe: coordenadores, pesquisadores e bolsistas; tendo como principais metas elaborar projetos, sistematizar a agenda de tarefas, trocar experiências, discutir textos produzidos pela equipe, estabelecer procedimentos metodológicos comuns e sanar eventuais dúvidas sobre a rotina de trabalho.

06. Atualização e manutenção do site do Núcleo de Memória para disponibilizar o acesso ao seu acervo.

07. Produzir e editar conteúdos para publicar no website do Núcleo de Memória da PUC-Rio.

08. Produzir as Crônicas de Memória, publicadas em todas as edições do Jornal da PUC.

09. Atender a solicitações relativas à pesquisa no acervo, ceder e autorizar o uso de documentos, além de responder a perguntas sobre temas de interesse de pesquisadores de dentro e de fora da PUC-Rio. As consultas internas e externas à Universidade são respondidas diretamente pela equipe ou encaminhadas aos setores responsáveis.

10. Copiar em mídia digital os documentos solicitados pelos diversos setores da Universidade e externos a ela.

11. Outras atividades:

11.1. Organização e realização de uma publicação coletânea em livro de todas as crônicas já escritas pelos participantes do Núcleo de Memória no Jornal da PUC, intitulado “Crônicas de Memória: Publicadas pelo Núcleo de Memória no Jornal da PUC”. O livro foi lançado no dia dezesseis de dezembro, por ocasião da Assembleia Universitária de 2014.

BYINGTON, Silvia Ilg; GONÇALVES, Eduardo; GORGÔNIO, Clóvis; NEVES, Margarida de Souza (Orgs.). **Crônicas de Memória**: Publicadas pelo Núcleo de Memória no Jornal da PUC. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014. 143p.

11.2. Visando a Assembleia Universitária de 2014, no dia 16/12, promovida pela Reitoria da PUC-Rio no Auditório do Rio Datacentro (RDC), para apresentar à comunidade acadêmica o balanço das atividades do ano, o Núcleo de Memória organizou um kit que consistia do livro Crônicas de Memória e um pen-card com a versão digital do Anuário 2013, a ser entregue para cada participante.

11.3. Visita, no dia 10/02/2015, à exposição “Um passeio pelo Rio – A cidade nas andanças de Joaquim Manuel de Macedo” no Instituto Moreira Salles do Rio de Janeiro, em cartaz de 24 de janeiro à 19 de julho de 2015, a título de reflexão acerca da próxima série de Crônicas de Memória para o Jornal da PUC sobre os 450 anos da cidade do Rio de Janeiro.

11.4. Comparecimento ao ato organizado pelo Centro Acadêmico de História, com a contribuição do Núcleo, no dia 02/06/2014, em memória do estudante Raul Amaro Nin Ferreira, o único estudante da PUC-Rio morto pelos órgãos de repressão por ocasião da ditadura militar no Brasil. Na ocasião foi lançado o livro (citação correta), com apresentação da coordenadora do Núcleo de Memória.

11.5. Pesquisa no acervo do Jornal do Brasil (JB) sobre registros do jornal referentes à memória da PUC-Rio.

11.6. Pesquisa no acervo da produtora Caliban, a respeito de filmes da antiga TV Tupi para a localização de registros filmográficos que digam respeito à memória da PUC-Rio.

### **Atividades individuais**

No período entre 01 de junho de 2014 a 31 de julho de 2015, que este relatório compreende, realizei as seguintes tarefas:

**1. Análise, seleção e digitalização do material doado pelo professor Luís Reznik (Departamento de História), referente aos movimentos estudantis no período compreendido pela ditadura militar brasileira.**

Ficou sob minha responsabilidade, juntamente com os bolsistas Fabio Cano Gómez e Miguel Azaldegui, a análise, seleção e digitalização dos documentos relativos aos movimentos estudantis no período compreendido pela ditadura militar brasileira cedidos pelo professor Luís Reznik ao Núcleo de Memória em 2014.

**2. Catalogação de documentos no banco de dados do Núcleo de Memória da PUC-Rio.**

O acervo do Núcleo de Memória é constituído através de pesquisa, coleta, seleção, tratamento, catalogação e sistematização dos documentos relacionados à memória institucional da Universidade. Sendo assim, a última etapa deste processo é constituída pela catalogação deste material documental em metadados para registro no banco de dados e disponibilização para o público através do site do Núcleo. Ficou sob minha responsabilidade o cadastro das fotografias realizadas no Departamento de História por ocasião da comemoração entre professores e funcionários no natal de 2005. A título de exemplo, segue a fixa de cadastro em metadados utilizada:

Código sequencial  
024

Identificação Original

Referente a

Local

Tipo de documento

Data da Criação  
Dia Mês Ano Complemento  
16 / 3 / 2012 - Nenhum -

Descrição

Legenda

**3. Comparecimento ao lançamento do livro: “Heráclito Fontoura Sobral Pinto: Toda liberdade é íngreme” do professor Márcio Escalécio (Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio), no Centro Cultural da Justiça Federal em 16/09/2014.**

Em decorrência de minha pesquisa em andamento sobre D. Helder Camara no Rio de Janeiro durante as décadas de 1930 até 1950, em especial, sua passagem pelas Faculdades Católicas e a importância desta como mais um local de sociabilidade entre o padre e diversos outros intelectuais católicos no Distrito Federal (dentre eles o advogado Heráclito Fontoura Sobral Pinto) compareci, junto ao pesquisador Eduardo Gonçalves, à cerimônia de lançamento do livro. O convite foi feito ao Núcleo de Memória da PUC-Rio em razão de sua

participação na pesquisa para o livro, através da ex-bolsista Wendy Lafayette Stockler Macintyre, que colaborou com a pesquisa do autor.



**Figura 1: O Prof. Márcio Scalécio fala durante o lançamento do livro. Fotógrafo Eduardo Gonçalves. Acervo do Núcleo de Memória.**

#### **4. Publicação no Jornal da PUC.**

O Núcleo de Memória publica no Jornal da PUC uma série de artigos intitulada Crônicas de Memória. Em 2014, por ocasião dos 50 anos do Golpe Civil-militar, a série foi intitulada “Para não esquecer”. O artigo que escrevi em conjunto com o pesquisador Clóvis Gorgônio na edição 285 do Jornal procurou tematizar a relação existente entre dois ícones de resistência e luta pela democracia e direitos humanos: Dom Helder Camara e Heráclito Fontoura Sobral Pinto. O artigo está reproduzido a seguir:

**“Quando a fé e a política se unem”**



**Figura 2: Dom Helder Camara e Heráclito Fontoura Sobral Pinto, professores fundadores da PUC-Rio, na cerimônia em que receberam o título de Doutor Honoris Causa. 22/03/1991. Fotografia Eurico Dantas. Acervo Agência O Globo.**

Após os difíceis anos da ditadura o país vivia a retomada do processo democrático, consolidado com a Constituição de 1988 e as eleições diretas para Presidente. Em 1991 a PUC-Rio comemorou com diversos eventos os 50 anos da instalação dos cursos nas Faculdades Católicas. Para simbolizar esse período importante para a Universidade e para o país, dois professores fundadores foram escolhidos pelo Reitor da PUC-Rio, Pe. Laércio Dias de Moura S.J., para receberem o título de Doutor Honoris Causa. Os homenageados, o Arcebispo Emérito de Olinda e Recife Dom Helder Pessoa Camara e o advogado Heráclito Fontoura Sobral Pinto, eram figuras notáveis pela denúncia e luta contra os crimes cometidos pelo governo militar e pela defesa da democracia durante a ditadura.

Helder Camara e Sobral Pinto tornaram-se amigos nos anos 1930, aproximados pela ativa participação nas questões religiosas e sociais que permearam suas vidas. Conviveram nas instituições católicas e tiveram interlocutores em comum. Nas Faculdades Católicas, Sobral atuou na Faculdade de Direito desde a primeira turma em 1941, e o Padre Helder na Faculdade de Filosofia desde 1942. Os dois se afastaram formalmente da Universidade em 1964, mas continuaram a ser convidados a fazer palestras e foram patronos de formandos. Junto a intelectuais como Alceu Amoroso Lima e San Tiago Dantas ressaltam a PUC-Rio como espaço de atuação de humanistas cristãos responsáveis por formar no Brasil um pensamento católico democrático.

A escolha de Sobral e Helder naquele momento histórico é significativa. Perseguidos e silenciados, tornaram-se símbolos da retomada das instituições democráticas nos anos 1980. Em 1991 foram homenageados pelos seus esforços de fazer valer as prerrogativas de democracia e direitos humanos em um país que apenas começava a curar as suas feridas.

Matheus Targuêta

Clóvis Gorgônio

Núcleo de Memória da PUC-Rio

Em 2015, por ocasião dos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro, a série foi intitulada “A PUC-Rio e os 450 anos da Cidade”. O artigo que escrevi em conjunto com a coordenadora Margarida de Souza Neves na edição 292 do Jornal tematizou a relação existente entre a Universidade e sua função cidadã. Segue o artigo:

**“Universidade cidadã”**



**Figura 3: Jovens que participavam de atividades do Núcleo de Estudos e Ação Sobre o Menor (NEAM), durante as comemorações dos 25 anos deste Núcleo. 2008. Fotografia desconhecida. Acervo do NEAM.**

Comemorações convidam à reflexão, pois convocam a memória para presidir a festa e ela sabe servir interrogações aos convidados. Quando o Rio completa 450 anos, cabe perguntar: qual é a função social da Universidade na cidade?

Os registros do Núcleo de Memória indicam uma dupla resposta. A primeira mostra que o compromisso social da PUC-Rio com a cidade é o mesmo que tem com o país: produzir conhecimento socialmente relevante e formar cidadãos críticos, éticos e comprometidos. A segunda indica que a Universidade pode assumir funções de suplência.

Por isso, responde prontamente diante de crises. Foi assim nas grandes chuvas de 1966, quando suspendeu as aulas para acolher os desabrigados, e no incêndio da favela da Praia do Pinto em 1969. Assim foi também quando as chuvas de 2011 provocaram uma das maiores tragédias naturais do país.

Também de modo sistemático a PUC-Rio exerce funções de suplência. Os Círculos Operários em 1950 e 60; o Movimento Universidade a Serviço do Povo na década de 1980 e, hoje, o pré-vestibular comunitário; os cursos de alfabetização de adultos; a ação social direta desenvolvida em muitas frentes e que os Núcleos, Laboratórios e Projetos institucionalizam são alguns exemplos dessa atuação.

Mais discretamente, no cotidiano, a Universidade está atenta às necessidades daqueles que nela atuam. Um sistema de bolsas pioneiro possibilita a inclusão dos mais pobres no alunado e garante alimentação, transporte, acompanhamento acadêmico, aquisição de livros e, em alguns casos, moradia para os bolsistas. Professores, funcionários e alunos podem contar com a PUC-Rio, através da Vice-Reitoria Comunitária, quando alguma urgência se apresenta.

A função social da Universidade exige ter clareza sobre o horizonte de sentido do que fazemos e ter atenção para as urgências dos que estão mais perto.

Margarida de Souza Neves  
Matheus Targuêta  
Núcleo de Memória da PUC-Rio

**5. Catalogação e organização da exposição do acervo relativo à memória institucional da PUC-Rio contidos nos armários (vitrines) da Reitoria.**

Como a ação do Núcleo de Memória se estende a materiais de natureza distinta, coube a nós a tarefa de organizar a documentação museográfica contida nas vitrines do corredor de entrada da Reitoria e da sala do Conselho Universitário, levantando, descrevendo, registrando e catalogando esse material (prêmios, medalhas, moedas, placas, entre outros objetos próprios da PUC-Rio ou recebidos de diversas instituições e universidades nacionais e internacionais). Coube a mim e ao pesquisador Eduardo Gonçalves, revisar e atualizar a lista dos objetos, corrigir seu conteúdo em função de modificações feitas e simplificar as especificações e descrição da planilha feita anteriormente, a fim de estabelecer o conteúdo que constará dos folhetos a serem disponibilizados aos visitantes. Também estamos trabalhando em novas possibilidades de suporte eletrônico para a exibição dos folhetos quando finalizados, de modo a permitir que, depois desta primeira etapa, seu conteúdo possa ser alterado em caso de acréscimos no acervo.

## **6. Participação em seminários de leitura e reuniões técnicas.**

Participei, junto da equipe, de seminários teóricos, lendo e debatendo os textos apresentados pela professora Margarida de Souza Neves. Também participei das reuniões de cunho técnico para elaborar projetos, sistematizar a agenda de tarefas, trocar experiências e sanar eventuais dúvidas sobre a rotina de trabalho. Os seminários teóricos e metodológicos realizados foram:

- Seminário sobre o Projeto do Núcleo de Memória da PUC-Rio, com base na leitura do projeto elaborado pela professora Margarida de Souza Neves, em agosto de 2006, a equipe releu o documento com o objetivo de reinterpretá-lo e atualizá-lo, observando a pertinência ou não de certos aspectos constantes naquela primeira versão. O resultado dessa discussão resultou no texto que será incluído no novo site do Núcleo, em elaboração.

- “A PUC-Rio na Diretas Já!”, a fim de contribuir no processo de escrita empreendido pelo pesquisador Eduardo Gonçalves e o bolsista Fabio Cano Gómez, o professor Eduardo Jardim (Departamento de Filosofia) foi convidado para compartilhar suas memórias sobre os anos correspondentes à ditadura militar no Brasil e suas lembranças enquanto professor na PUC-Rio desse período.

- Seminário sobre o texto “O Currículo Mortis e a reabilitação da auto-crítica”, escrito pelo professor Leandro Konder. A equipe refletiu em conjunto sobre o texto como uma forma de prestar-lhe homenagem, em decorrência de seu falecimento em 12/11/2014 e também para aprofundar alguns aspectos da vida acadêmica sobre os quais o curriculum vitae é um documento expressivo.

- Seminários sobre leitura e fichamento de textos, conduzido pela professora Margarida de Souza Neves. A equipe refletiu sobre as práticas de leitura e escrita e sobre os procedimentos metodológicos e técnicas de fichamento de textos lidos, com o objetivo de unificar os procedimentos da equipe.

- Seminário “Olhos de ver”, conduzido pela professora Margarida de Souza Neves, a equipe leu o artigo “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário” escrito pelo historiador Carlo Ginzburg e que consta do livro “Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história”, no qual o autor propõe um método investigativo no qual o pesquisador é capaz de centrar sua análise em detalhes e pormenores capazes de revelar realidades maiores e mais complexas. A reboque desta discussão, o pesquisador Eduardo Gonçalves propôs que a equipe investigasse um documento que estava sendo trabalhado pelos bolsistas André Penna-Firme e Miguel Azaldegui.

- “Igrejas e arte sacra como documentos para a história”, a equipe visitou a igreja da PUC-Rio (Igreja Sagrado Coração de Jesus), a fim de iniciar o trabalho para uma publicação da Reitoria da Universidade sobre as obras de arte que nela estão conservadas. A equipe observou as obras de arte (não somente os vitrais, os quadros, as esculturas e o mosaico, mas



também a própria arquitetura) e refletiu sobre a linguagem de uma igreja considerada como um texto, isto é, através da elaboração do espaço, perceber o que expressa a construção arquitetônica do templo e dos objetos litúrgicos nela dispostos. Após a equipe deu continuidade à discussão tendo como referência plantas de igrejas românicas, góticas e modernas que permitem identificar, por suas características, elementos significativos sobre a igreja e a sociedade de cada época.

- Seminário teórico sobre o capítulo “Cidade Letrada” do livro *A Cidade das Letras* escrito por Angel Rama.

#### **7. Recepção, tratamento e realocação de parte do acervo deixado por Maria Luiza e Edgar Amarante relativo a Dom Helder Camara e à Cruzada São Sebastião e doado pelo Instituto Dom Helder Camara – IDHeC ao Núcleo de Memória da PUC-Rio.**

Em 2015, por ocasião da morte de Maria Luiza Amarante, ex Secretária Executiva da Cruzada São Sebastião, amiga e assessora de Dom Helder Camara, viúva de Edgar Amarante, engenheiro, professor da PUC-Rio, também amigo e assessor de Dom Helder, a pesquisadora Lucy Pina Neta, do Instituto Dom Helder Camara (IDHeC) em Recife, foi chamada para receber a doação do acervo do casal, composto por um volume expressivo de cartas, publicações, documentos e manuscritos de D. Helder e, dentre eles, documentos concernentes à Cruzada São Sebastião.

A fim de iniciar uma colaboração institucional entre o IDHeC e a PUC-Rio, com a mediação da pesquisadora Lucy Pina Neta, foi entregue à guarda do Núcleo de Memória da PUC-Rio a parte do acervo que diz respeito a sua atuação no Rio de Janeiro, em especial a documentação relativa à Cruzada São Sebastião (cartas, projetos, plantas baixas, atas de reuniões, contratos, manuscritos, fotografias...) e também ao Bispo (publicações nacionais e internacionais, manuscritos com as aulas ministradas no Curso de Didática Geral da PUC-Rio, cartas, entre outros).

Coube a mim transferir todo o acervo (oito caixas) para melhores condições de acondicionado e iniciei o processo de digitalização e catalogação dos documentos. No momento, levo a cabo o exame dos documentos a fim de melhor apurar a abrangência do acervo. Digitalizar, catalogar e cadastrar os documentos no banco de dados virtual de acesso público do Núcleo de Memória constituem o objetivo deste trabalho; além de investigar o possível interesse da Divisão de Bibliotecas e Documentação da PUC-Rio sobre as publicações, ampliando, assim, o acesso da comunidade acadêmica a este material.

#### **8. Preparação da participação no Seminário de Iniciação Científica de 2015.**

Tendo em mira a jornada do PIBIC 2015, detive-me na análise do acervo de documentos relativos à Cruzada São Sebastião, doado por Maria Luiza e Edgar Amarante e, também, no estudo da bibliografia relativa à historiografia das favelas no Rio de Janeiro.

Também em função do PIBIC 2015 redigi o presente Relatório e preparei o pôster que será apresentado.

# **UMA CRUZADA PARA A CIDADE: DOM HELDER CAMARA E O RIO DE JANEIRO NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960**

**Aluno: Matheus Lima Targuêta**

**Orientadores: Margarida de Souza Neves, Silvia Ilg Byington e Eduardo Gonçalves**

## **2. Relatório substantivo**

### **I - Introdução**

Comemorações convidam a refletir, pois são ocasiões de atualização coletiva de uma memória compartilhada. Exercício de caminhar por entre as fronteiras da lembrança e do esquecimento, exige atenção para com o direito democrático à memória, que interpreta o passado, significa o presente e projeta o futuro [1].

Neste sentido, é provável que poucas cidades no mundo tenham experimentado aquilo que o Rio de Janeiro vive hoje [2]: em meio a tantos megaeventos, como a Jornada Mundial da Juventude, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, uma expressiva data comemorativa, os 450 anos da cidade. As implicações destes acontecimentos no espaço urbano fazem ecoar problemas historicamente persistentes no município, como por exemplo, a questão dos cidadãos mais pobres em uma cidade que não é planejada para atendê-los. Desta maneira, as favelas tornam-se um campo de disputas fundamental nas políticas públicas e privadas que dizem respeito à memória, identidade e projetos delineados para a cidade.

É necessário, portanto, um olhar mais atento para as habitações populares no Rio de Janeiro, para observar suas camadas de história, e para examinar as abordagens propostas. Dentre os lugares de moradia dos pobres da cidade, a Cruzada São Sebastião ganha tons de contraste. Criada em 1955, esta iniciativa destacava-se por inverter o paradigma vigente até então - e também posteriormente - de remoção das favelas e dos chamados favelados para a periferia da cidade. Sua inovação era pensar o morador [3]. O objetivo, como veremos ao longo deste trabalho, era criar uma cidade capaz de incluir a todos os cidadãos, equipada com serviços básicos, e, no que diz respeito às favelas, dotá-las de melhores condições materiais ou construir conjuntos habitacionais em suas imediações, a fim de reassentar os moradores em uma habitação digna, que possibilite a permanência de suas práticas sociais, de suas redes de relações, além de consolidá-los no tecido urbano. Em suma, uma iniciativa de grande amplitude, orientada para a construção de novas moradias e produção de suportes infraestruturais, o que hoje chamamos de urbanização de favelas [4].

A Cruzada São Sebastião, encabeçada por Dom Helder Camara, então Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro e ainda membro do corpo docente da PUC-Rio [5], uniu Igreja e Estado, empresários e operários, leigos e sacerdotes em um projeto que visava à cidade e seus habitantes. Seu empreendimento mais notório foi a conclusão do projeto piloto Bairro São Sebastião, hoje conhecido como Cruzada, no Leblon, para acolher os moradores da Favela da Praia do Pinto antes do incêndio que viria a destruí-la e cuja origem até hoje permanece obscura. O fato de que, na memória da cidade, confundam-se o Bairro São Sebastião, como chamava-se originalmente o conjunto habitacional de 910 apartamentos para favelados na Zona Sul carioca, e o projeto mais amplo da Cruzada São Sebastião, conformado por diversas intervenções em outras localidades, como Parada de Lucas, Morro Azul, Morro Santa Marta, Chapéu Mangueira, Cachoeirinha, Rocinha e Cantagalo [6], além de implicar em iniciativas como o Mercado São Sebastião, o Banco da Providência e o Projeto Emaús para capacitação e reintegração socioeconômica de egressos do sistema carcerário, evidencia uma visão reduzida daquilo que seu idealizador ambicionava e, em certa medida, realizou a

partir do trabalho de diversos colaboradores e assessores que participavam e tornavam possíveis propostas como a da Cruzada São Sebastião.

Contudo, a pressão dos interesses imobiliários, contrários à construção de conjuntos habitacionais para favelados nos terrenos altamente valorizados da cidade [7]; as políticas públicas de remoção de favelas, que afastavam dos olhos da antiga capital [8] a moradia popular; o temor dos setores dominantes com a integração e proximidade dos mais pobres, vistos como ameaças em potencial, compondo o tecido urbano; a oposição dos setores politicamente expressivos da cidade, inclusive da própria Igreja Católica, às várias facetas da Cruzada São Sebastião, tida como um projeto mirabolante do Arcebispo Auxiliar, foram constituídos em argumentos que alegavam a impossibilidade de um novo trato com a população mais pobre da sociedade. A violência da ditadura civil-militar, instaurada em 1964, transformou aquele padre cearense transferido para o Rio de Janeiro e aqui feito bispo e arcebispo, em um de seus inimigos e contundente opositor, D. Helder Camara foi considerado o “arcebispo vermelho” [9], de perigosas ideias subversivas, para usar um termo caro à ditadura. Ainda que não tenha sido possível calar a corajosa voz daquele bispo tanto franzino quanto incômodo, que denunciava internacionalmente as injustiças cometidas contra os Direitos Humanos em seu país, não foi difícil arranjar sua transferência para longe do Rio de Janeiro.

O projeto que hoje chamaríamos de inclusivo, representado pela complexidade e criatividade de iniciativas para a cidade como um todo, foi frustrado. Alguns de seus fragmentos permanecem, esgarçados, no tecido urbano. Poucos cariocas saberão, hoje, que o Mercado São Sebastião é, em sua origem, parte desse projeto [10]. Menos ainda serão aqueles que saberão que o Conjunto Habitacional que hoje chamamos de Cruzada, era apenas o projeto piloto Bairro São Sebastião, que pretendeu ser laboratório de testagem para um maior e mais ambicioso programa que, um dia, pretendeu integrar a cidade e seus cidadãos. Hoje, quando o Rio de Janeiro comemora seus 450 anos, aquele projeto e seus muitos protagonistas que permaneceram no silêncio, merecem ser lembrados, afinal, eles também comemoram junto à comemoração dos 450 anos da cidade, os 60 anos de existência do Conjunto Habitacional da Cruzada no Leblon.

## **II - Entre “aquele maldito incêndio” e o “obrigado Reverendo”**

Na madrugada de 11 de maio de 1969, um incêndio se alastrou pela favela da Praia do Pinto, consumiu aproximadamente mil barracos e desabrigou cerca de nove mil moradores [11]. Até então, os casebres na maioria das favelas cariocas eram construídos principalmente por folhas de zinco e madeira, ainda não eram consolidados em alvenaria, o que proporcionou farto combustível ao fogo, que se espalhou espalhando-o rapidamente.

Localizada às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, aquela área passava por um crescente processo de valorização. As favelas que estavam situadas no entorno da Lagoa representavam um duplo problema para a especulação imobiliária, uma vez que, por um lado, ocupavam vastos terrenos que as construtoras ambicionavam para si e, por outro, a visão constante da pobreza, vista como uma ameaça e um perigo latente, desvalorizava os empreendimentos destinados aos ricos da cidade, que se multiplicavam em suas imediações. Em 1948, por exemplo, a Favela da Praia do Pinto ocupou um lugar de destaque nas críticas publicadas pelo polêmico jornalista Carlos Lacerda, em uma série de artigos que pretendiam levar a cabo uma campanha popular, intitulada “A Batalha do Rio de Janeiro” [12]. Seu objetivo era, por um lado, a denúncia da situação de miséria das favelas, e, por outro, a transformação desses espaços e de seus moradores em capital político [13]. Não à toa a Favela da Praia do Pinto também será alvo das políticas de remoção de favelas do Governo Militar, através da Coordenação de Habitação de Interesse

Social da Área Metropolitana do Grande Rio, a CHISAM. Como afirma Lícia do Prado Valladares:

*Três grandes favelas situavam-se às margens da Lagoa [Rodrigo de Freitas]: a Ilha das Dragas, a Praia do Pinto e a Favela da Catacumba, totalizando uma população de cerca de 27.000 habitantes. Tendo-se transformado em zona prioritária para a CHISAM, a Lagoa foi a primeira região a sofrer remoções. [14]*

As causas do incêndio nunca foram esclarecidas, e sobre elas pesam diferentes versões. De um lado, alega-se fogo criminoso ateadado por agentes do governo ou representantes de interesses imobiliários, pois a tragédia ocorreu em um momento tenso, quando moradores resistiam às remoções e alguns líderes comunitários foram presos [15]. Isto explicaria a demora do socorro prestado pelo Corpo de Bombeiros e a construção, posteriormente, do conjunto de apartamentos Projeto Praia do Pinto, conhecido como Selva de Pedra, uma série de edifícios vendidos pela incorporadora do Projeto à proprietários da classe média no local onde houve o desastre. Por outro lado, afirma-se que o incêndio se deu por acidente, devido às precárias condições de infraestrutura do local, que potencializariam qualquer risco, transformando-o em tragédia [16].



Figura 4: Incêndio na Praia do Pinto. 14/08/1956. Fotógrafo: Estrela. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo Jornal Última Hora (RJ). Disponível em: <[http://200.144.6.120/upload/uhfotografias/ICO\\_001\\_012238\\_002.jpg](http://200.144.6.120/upload/uhfotografias/ICO_001_012238_002.jpg)>. Acesso em: 27 jul. 2015.

A favela se foi, restavam os favelados. Boa parte das vítimas, por sua vez, foram removidas para conjuntos habitacionais construídos nos arrabaldes da cidade, como Cidade Alta, Cidade de Deus, Cordovil e Nova Holanda [17], acentuando ainda mais as perdas. Se antes os barracos foram destruídos, e os pertences consumidos, agora o estrago ocasionado pelo fogo atingia um nível diferente, o social. Naquela mesma madrugada também afetos se perderam, lares, famílias e amigos foram separados; empregos não mais se sustentavam em função da distância que passou a separar o local de moradia do local de trabalho, realçada pela incipiente rede de transportes. Ainda que as circunstâncias variem, e certos atenuantes e agravantes contribuam significativamente para a história das remoções no Rio de Janeiro, em linhas gerais, esse foi o destino de muitas favelas e favelados cariocas, que, de alguma maneira, se identificam com a canção que uma das antigas moradoras da Favela da Praia do Pinto guardou na memória e, ainda que em dúvida sobre se deveria ou não cantá-la, já que pertence a uma igreja que não vê com simpatia a música profana, deixa dela um registro precioso no documentário *Remoções*, dirigido por Luiz Antonio Pilar e Anderson Quack, uma

vez que conclui que é sua história, e dela deve ficar constância. Diz a letra do sambinha que ela nunca esqueceu:

*Antigamente eu morava no Leblon,  
Para chegar no meu trabalho,  
Não pegava condução.  
Mas, hoje em dia,  
Pego o Mauá - Caxias,  
Salto na Praça Mauá,  
E pego um tal de Harmonia.  
Vou batendo na marmita,  
Alegremente a cantar,  
Pensando no outro dia,  
Que tem que trabalhar.  
O trabalho não me cansa,  
O que me cansa é pensar,  
Naquele maldito incêndio,  
Que destruiu o meu lar.  
Não tenho tempo para nada,  
Não posso mais passear,  
Dispensei a namorada,  
Só penso em trabalhar.  
Agora vejam vocês,  
Aonde eu vim morar,  
Em Cordovil,  
Pertinho do Irajá. [18]*

O contraste entre o “antigamente” no Leblon e o “hoje em dia” no Cordovil não deixa margem a dúvidas. No Leblon não era preciso “pegar condução” para chegar ao trabalho, mas a distância entre Cordovil e o emprego parece menos desgastante do que a maratona de transportes precários, caros e por vezes com um trajeto pouco lógico que o trabalhador passa a ser obrigado a enfrentar. Por isso, na percepção do autor da letra autobiográfica, depois da remoção ele “só pensa em trabalhar”, não tem tempo para nada, não pode mais passear e, cúmulo da desgraça, não teve outra alternativa senão “dispensar a namorada”. Ainda que busque na cadência do ritmo marcado na marmita a alegria de quem aprendeu a enfrentar a dureza da vida “a cantar”, quando pensa no outro dia que virá, mais uma vez, o trabalho é seu horizonte único.

Ainda que afirme que “o trabalho não me cansa”, ele sabe que “mora” no Cordovil, “pertinho do Irajá”, mas que “seu lar” era o Leblon, porque era ali onde não apenas morava e trabalhava, mas onde tinha tempo para si, podia passear, podia pensar em outras coisas que não o trabalho, e encontrava espaço e possibilidade para os amores. O incêndio é “maldito” porque destruiu seu barraco, mas também porque a remoção para Cordovil fez com que aprendesse duramente a diferença entre “morar” e “ter um lar”.



Figura 5: A favela no Palácio. 20/11/1964. Fotografia desconhecida. Arquivo Nacional. Acervo jornal Correio da Manhã (RJ).



Figura 6: A favela no Palácio [Detalhe]. 20/11/1964. Fotografia desconhecida. Arquivo Nacional. Acervo jornal Correio da Manhã (RJ).

“Queremos morar perto do trabalho” foi a reivindicação de muitos moradores de favelas que experimentaram as remoções das décadas de 1960 e 1970. O jornais da época, por exemplo, registraram diversos focos de resistência e luta por parte dos moradores, que enquanto trabalhadores urbanos, não desejavam se ver apartados da estrutura garantidora de seu sustento: a ocupação profissional, não raro mantida por laços contratuais informais. Isto sem mencionar as exigências por um trato menos impositivo e truculento por parte das autoridades, que dispensavam o diálogo e a compreensão da questão fundiária específica de cada região e praticamente repeliam os moradores para mais longe, questão evidenciada pelas reivindicações dos resistentes em frases como: “Favelado não quer esmola”, “quer justiça”, “favelado é pessoas humana”. Pode-se dizer que este era um dilema central enfrentado por aqueles cidadãos, que, diante de um Estado autoritário, viam sucumbir não somente seus barracos, mas também seus direitos, e junto deles, sua dignidade humana, apesar de seus protestos.

Todavia, um olhar atento à historiografia sobre as favelas na cidade do Rio de Janeiro permite entrever um estranhamento, uma iniciativa que, se comparada às suas contemporâneas, destoa, ganha tons de contraste. Não só porque seu primeiro e mais significativo *locus* de atuação foi a favela da Praia do Pinto, mas também, e principalmente, por rejeitar, e mesmo inverter, o paradigma da remoção no momento em que este começara a ganhar os corações e as mentes daqueles que imprimiam direção à cidade. Trata-se da Cruzada São Sebastião, uma iniciativa vinculada à Igreja Católica e criada por Dom Helder Camara em 1955, que, nas suas diretrizes fundacionais, afirmava visar a “urbanizar”, “humanizar” e “cristianizar” [19] o conjunto das favelas do Rio de Janeiro.

O plano era ambicioso. Por essa razão era lançado 12 anos antes da comemoração do quarto centenário da cidade, a fim de apresentá-la enquanto uma cidade livre de mazelas, para utilizar uma expressão frequentemente associada às favelas naquela época [20], quando o quarto centenário fosse comemorado. Segundo os seus estatutos, a Cruzada São Sebastião se propunha a:

1. *Promover, coordenar e executar medidas e providências destinadas a dar solução racional, humana e cristã ao problema das favelas do Rio de Janeiro;*
2. *Proporcionar, por todos os meios ao seu alcance, assistência material e espiritual às famílias que residem nas favelas cariocas; mobilizar os recursos financeiros necessários para assegurar, em*

*condições satisfatórias de higiene, conforto e segurança, moradia estável para as famílias faveladas;*

3. *Colaborar na integração dos ex-favelados na vida normal do bairro da Cidade;*

4. *Colaborar com o Poder Público e com entidades privadas em tudo aquilo que interessar à realização dos objetivos acima enunciados; [21]*

Este fragmento fornece um bom panorama dos propósitos que a Cruzada São Sebastião irá perseguir ao longo de sua atuação. Primeiramente, era de seu expresso interesse coordenar diversas iniciativas, através do tripé “promover, coordenar e executar” medidas que abordassem a questão dos casebres, na perspectiva de fornecer “solução racional, humana e cristã ao problema das favelas do Rio de Janeiro”. Vale dizer que, antes de mais nada, seu alvo era toda a cidade, e não somente uma região, um bairro ou um empreendimento no qual pudesse desenvolver uma ação pontual. Também, ainda que sua intervenção tenha como horizonte a “solução” do chamado problema, ou seja, a eliminação das favelas da paisagem carioca, sua abordagem seria diferente, ela se daria pela via “racional”, o que significa compreender dinâmicas e processos estruturais e estruturantes do fenômeno da favelização, a fim potencializar uma resposta eficaz à questão da moradia dos pobres da cidade; “humana”, pois seu compromisso deveria ser com todos aqueles que habitam a cidade, isto é, o trabalho da Cruzada não poderia se restringir a beneficiar uns em detrimento de outros, uma classe em detrimento de outra; e “cristã” a fim de marcar a atuação de cunho confessional da Igreja Católica frente às questões de seu tempo, mais especificamente, a da moradia popular, um emergente campo de disputas. Esses três vieses, na prática, se traduziam em: “assistência moral e espiritual [...] para assegurar, em condições satisfatórias de higiene, conforto e segurança, moradia estável para as famílias faveladas”, mais especificamente: aprimorar os equipamentos de infraestrutura dessas regiões, urbanizando-as, e, sentido último da atuação, construir conjuntos habitacionais de apartamentos em terrenos contíguos às favelas, para reassentar os moradores sem remove-los para locais distantes de onde construíram suas vidas. Em ambas as disposições, os mais pobres eram consolidados no tecido urbano e, através da integração, a condição de favelado desapareceria, tornando-o um “ex-favelado”, já que assimilado “na vida normal do bairro”. Para desempenhar um projeto desse porte, uma articulação consistente entre o poder público e os setores privados fez-se premente, por isso era preciso “colaborar com o Poder Público e com entidades privadas em tudo aquilo que interessar à realização dos objetivos”, sem a qual eles não seriam factíveis.

Idealizada como uma refundação da cidade e dos pactos entre seus cidadãos, a Cruzada São Sebastião trazia em si as contradições da Igreja Católica desse tempo, e aquelas que faziam de seu idealizador, D. Helder Camara, um homem de seu tempo.

Anterior, em sua origem, ao Concílio Ecumênico Vaticano II, iniciado em 1961, que representou um momento de extraordinária renovação da igreja, possibilitou sua reconciliação com o mundo moderno e pavimentou o caminho da chamada opção preferencial pelos pobres, consolidada nas Conferências do Episcopado Latino Americano (CELAM) em Medellín (Colômbia, 1968) e em Puebla (México, 1979), eventos eclesiais nos quais D. Helder teve um protagonismo destacado [22], a Cruzada São Sebastião, em sua ampla proposta inicial, parece anunciar esses novos tempos. Entretanto, seu fundador e principal artífice não hesita em pensa-la enquanto uma “cruzada”, pondo em evidência que, se por um lado a proposta parecia estar alinhada com o que de mais avançado era então formulado pela Igreja e pela Doutrina Social Cristã, por outro, o horizonte da cristandade medieval não deixava de presidir o projeto, que buscou para si o modelo de uma cruzada capaz de salvar a cidade cujo padroeiro, São Sebastião, com o corpo dilacerado pelas setas de seu martírio, não deixava de metaforizar a cidade ferida pelas injustiças dos homens. O arcebispo da cidade de São

Sebastião do Rio de Janeiro, em 1955, continuava a dar provas de sua capacidade de mobilização e de atitude proativa, contudo, ele ainda não era o “bispo vermelho” temido pela ditadura, ainda que já tivesse deixado longe o líder integralista que fora [23]. A Cruzada, por seu audacioso projeto, anuncia o novo, mas sua titularidade ainda apontava para a permanência de um antigo modelo de cristandade que, na Idade Média, encontrou sua idade de ouro. A esse respeito, até mesmo o papa João XXIII, Angelo Giuseppe Roncalli, responsável por ter convocado o Concílio Ecumênico de 1961, chamou a atenção de D. Helder quando eles se encontraram. Segundo o bispo brasileiro, o papa teria lhe dirigido as seguintes palavras:

*- Vê-se que você não conhece o Oriente Médio! Se você tivesse conhecido o Oriente Médio, não se teria servido desta palavra ‘cruzada’ para seu trabalho de libertação dos pobres! Porque, mau grado aquilo que frequentemente dizem os historiadores, aquelas malditas cruzadas escavaram um fosso muito difícil de preencher entre nós e os muçulmanos. [24]*



Figura 7: Dom Helder ao lado do papa João XXIII. s.d.. Fotógrafo desconhecido. Acervo Obras de Frei Francisco.

Provavelmente as palavras do papa marcaram o bispo. Naquele encontro, por trás do clima de solenidade e fraternidade registrado pela fotografia, a advertência do Sumo Pontífice entranhou-se em D. Helder de tal maneira que, anos mais tarde, quando entrevistado sobre a os anos fundacionais da Cruzada São Sebastião, ele contava esta história e reconhecia sua vinculação a uma mentalidade de cristandade medieval, mesmo que de influência cada vez menor, como podemos perceber a partir da década de 1960. Homem conhecido pelo potencial de ação e mobilização que tinha, também alimentava a sensibilidade (auto)reflexiva, por conta das vigílias que diariamente realizava, nas quais passava o dia em revista [25]. Desta maneira, seu posicionamento na fronteira das tensões sociais de seu tempo, aliado aos seus dotes de homem articulador e meditativo, certamente lhe garantiram sua dose de contradições em uma cidade também repleta delas. Talvez tenha sido a combinação destes fatores que originou uma de suas famosas frases: “Feliz de quem entende que é preciso mudar muito para ser sempre o mesmo...” [26].

O feito mais significativo da Cruzada São Sebastião, onde cumpriu seus intentos de maneira mais satisfatória e até hoje marca sua memória na cidade, foi a construção do Bairro São Sebastião, no Leblon. Ele consiste em um conjunto habitacional de 910 apartamentos, contíguos ao local onde existiu a favela da Praia do Pinto. A proximidade era proposital, cumpria o objetivo de realocar os moradores dos barracos em novas moradias, porém no mesmo bairro em que já habitavam e onde haviam estabelecido seus laços de sociabilidade e



suas relações de trabalho, e onde passaram a ocupar imóveis que dispunham de melhores condições estruturais, poderiam garantir os direitos de posse, além de possibilitar a manutenção de suas práticas sociais. Segundo Soraya Silveira Simões:

*O eixo estruturante da Cruzada São Sebastião era, de fato, a urbanização das favelas. Pretendia-se evitar a remoção de seus moradores para áreas distantes do local de trabalho e, como se não bastasse, absolutamente privadas de uma rede de transportes e infraestrutura. Esta era, contudo, razão de ordem prática. Havia outra, ideológica, para a qual a Cruzada também tencionou alertar. “Mesmo que a cidade dispusesse de transportes adequados, seria erro social, de consequências imprevisíveis, varrer os trabalhadores para sempre mais longe das casas dos patrões”, disse Dom Helder, logo após a inauguração do primeiro conjunto erguido pela Cruzada, o Bairro São Sebastião do Leblon. [27]*



Figura 5: A favela da Praia do Pinto e a Cruzada São Sebastião. 1965. Fotografia desconhecida. Arquivo Nacional. Acervo jornal Correio da Manhã (RJ). Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/media/Favela%20do%20Pinto%20e%20Cruzada.jpg>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

O projeto da Cruzada, segundo Lícia Valladares, está inserido em “Um novo período da produção de representações e de conhecimentos sobre as favelas [, que] se inicia no começo dos anos 1950, estendendo-se até o final dos anos 1960.” [28].

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o regime ditatorial do Estado Novo foi superado pelos anseios democráticos da população, fazendo-o sucumbir nos idos do mês de outubro de 1945. Este processo de democratização levou, em dezembro do mesmo ano, os cidadãos às urnas, para uma nova eleição presidencial, e à convocação de uma nova Assembleia Constituinte, a fim de romper com a estrutura institucional que a chamada Era Vargas havia construído. Com este novo horizonte de possibilidades, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), cuja influência se expandia em solo nacional, chegou a alcançar o terceiro lugar nas eleições presidenciais. Todavia, o novo Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1950), manteve inalterada a máquina repressiva do Estado Novo, abandonando somente a política social de seu predecessor, como assim evidenciam as medidas anunciadas no 1º de maio de 1946: a interdição dos movimentos de trabalhadores e a proibição das manifestações dos sindicatos [29]. Para contrabalançar essas medidas impopulares, o novo presidente criou, no mesmo primeiro de maio, a Fundação da Casa Popular, cujo objetivo era proporcionar novos meios de construção de moradias, tanto em zonas rurais quanto em áreas urbanas. Segundo Rafael Soares Gonçalves, “[...] o balanço concreto dessa fundação foi,

entretanto, pífio.” [30]. Construiu somente 16.964 habitações em todo o país até 1960, sendo 3.994 delas no Rio de Janeiro [31].

A questão específica da favela também foi abordada pelo governo Dutra, com a criação de uma comissão interministerial para estudar as causas de sua expansão. Ainda segundo Rafael Gonçalves:

*O procedimento político de instalar comissões, uma após a outra, para estudar os diferentes problemas políticos [das favelas], era algo bastante disseminado naquela época. [...] sucessivas comissões foram criadas a partir do fim da década de 1940, todas destinadas a resolver o problema das favelas. Suas conclusões, entretanto, não trouxeram, na maioria dos casos, qualquer efeito significativo.* [32]

Paradoxalmente, no seio dessa almejada democracia, percebiam-se políticas excludentes. Durante a administração municipal de Hildebrando de Araújo Góis (fevereiro a junho de 1947), a cidade do Rio de Janeiro, ainda Distrito Federal, dispunha de maior abertura política, e o PCB apresentava nela forte atuação, quando, por iniciativa governamental, o partido comunista foi lançado na ilegalidade. O general Ângelo Mendes de Moraes, sucessor de Araújo Góis, assumiu a função de prefeito do Distrito Federal logo após a suspensão das atividades desse partido de esquerda. Seu mandato pautou-se pela ideia de restaurar a ordem da cidade, que os comunistas supostamente perturbavam. Nesta perspectiva, em 28 de novembro de 1947, uma nova comissão para solucionar o chamado problema das favelas foi criada. Ela trabalharia em conjunto com a comissão interministerial criada por Dutra, a fim de erradicar definitivamente os casebres da paisagem carioca. Para tal, ela propunha:

1. *O retorno dos favelados aos seus estados de origem;*
2. *A transferência dos favelados mais velhos para asilos;*
3. *A expulsão das favelas de todas as famílias mais abastadas, cuja renda ultrapassasse determinado limite;*
4. *A intensificação da construção de habitações pelos IAPs [Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais] para favelados pensionistas dos diferentes institutos.* [33]

Ainda que nenhuma dessas iniciativas tenha sido efetivada, essa Comissão propunha medidas de grande violência. A expulsão da população migrante para seus locais de origem, a institucionalização dos idosos e doentes, e, conseqüentemente, a eliminação desses lugares da paisagem carioca, sem ao menos levar em consideração iniciativas em torno de seu aprimoramento, evidenciam que as abordagens propostas propunham, antes de qualquer coisa, a extinção das favelas, percebidas, principalmente, como guetos e redutos de miséria. A construção de habitações populares é posta em pauta somente em quarto lugar, e com restrições, pois atendia somente àqueles trabalhadores que dispunham de carteira assinada, legalizados e vinculados aos IAPs, o que não incluía a maioria dos favelados, empregados no mercado informal. Mesmo assim, essa Comissão teve o mérito de realizar o primeiro Censo Demográfico das Favelas, em 1948. Este acontecimento pode ser tomado como um marco histórico na produção de representações e conhecimentos sobre as favelas do Distrito Federal, pois deu início e influenciou significativamente as abordagens subsequentes em relação às políticas públicas dirigidas à população favelada e à moradia popular carioca [34]. Pela primeira vez as estimativas feitas pelos jornalistas, tidas como subjetivas, e, portanto, de pouca serventia à nova configuração do chamado “problema das favelas”, foram substituídas pela pressuposta objetividade e imparcialidade dos números e dos dados, ainda que a metodologia aplicada neste censo fosse questionável [35] e, como se sabe, não haja neutralidade nos dados estatísticos. Como afirma Valladares:

*No entanto, o documento oficial em que foram publicados esses resultados, “Censo das Favelas – aspectos gerais” (1949) [O Censo*

foi iniciado em 1947, encerrado em 1948 e publicado em 1949], *é deveras surpreendente pelo contraste entre a qualidade e o interesse das informações apresentadas pela primeira vez ao público, e os comentários e interpretações, expressando preconceitos sociais e raciais ainda mais conservadores e passadistas [...].*[36]

Em suma, a administração Mendes de Moraes adotou um viés repressivo no controle da população favelada e no combate, ineficaz, à expansão das favelas. Por outro lado, o fim do Estado Novo possibilitou o surgimento de novas forças políticas, como assim demonstram as conquistas eleitorais do PCB nas primeiras eleições democráticas e, posteriormente, nas disputas municipais de janeiro de 1947, quando elegeu 36% dos representantes para a Câmara dos Vereadores, três meses antes da decretação de sua ilegalidade [37]. Para o olhar daqueles que se diziam defensores da ordem estabelecida, isto é, de uma porção significativa do Estado, da Igreja, e uma parcela politicamente expressiva da sociedade civil, o crescimento da influência comunista, aliado à expansão das favelas, representava uma confluência perversa.

Segundo Gonçalves:

*O crescimento do número de favelados, a estigmatização imposta a eles, a ausência de serviços públicos e a repressão brutal da polícia nesses espaços constituíram naturalmente um conjunto de elementos que contribuíram para a expansão do ideário comunista nas favelas. Por outro lado, o PCB havia instalado vários ‘comitês populares democráticos’ em diversos bairros populares, e também subcomitês em algumas favelas, com o objetivo de intensificar a influência comunista junto às bases.* [38]

Com o adensamento da polarização política e ideológica entre capitalistas e comunistas engendrada pela Guerra Fria no cenário internacional, em solo nacional essa dualidade subiu os morros. As favelas podem ser percebidas como um novo *front* dessa disputa através da série de artigos já mencionados, publicados pelo jornalista Carlos Lacerda em 1948 e intitulada “A Batalha do Rio de Janeiro” [39]. Em seus escritos nos jornais *Correio da Manhã* e *O Globo*, o jornalista Lacerda propunha uma campanha para resolver o problema das favelas, apoiando-se na crise habitacional existente na cidade e transformando-a em capital político. Seu objetivo era estabelecer uma terceira via, que não se aliasse ao poder, representado pelo Estado, nem ao contra-poder, representado pelo PCB considerado como a “Ameaça Vermelha” [40], e implementar uma nova agenda de trabalho que possibilitasse maior controle político e ideológico nas favelas, através da congregação dos diferentes agentes sociais, à exceção daqueles que são os próprios objetos dessa resolução: os favelados. Segundo o artigo publicado no dia 26 de maio de 1948:

*Se o governo quer eliminar as fontes do comunismo, comece por deixar que se melhorem as condições de vida dos favelados. Se os defensores da liberdade, que o governo ameaça por suas providências policiais, querem contê-lo, comecem por trabalhar para aliviar a tensão criada pela existência de focos de miséria de que se alimentam, ao mesmo tempo, os comunistas e a polícia, para se devorarem entre si, devorando, en passant, as garantias constitucionais.* [41]

Cada vez mais a favela era transformada em questão política de proporções incontornáveis, tornando-se um campo de disputas imprescindível para as instituições que desejavam fazer-se representar não somente no Rio de Janeiro, mas no Brasil. Essa situação levou a Igreja Católica e a prefeitura do Distrito Federal a criarem, conjuntamente, em 1947, a Fundação Leão XIII. O objetivo desta instituição era fazer frente à chamada “Ameaça Vermelha” nos morros, principalmente através da competição pela hegemonia nesses espaços,

desenvolvendo um trabalho de cunho assistencialista [42]. Isto é, se, antes, os comunistas atuavam nas favelas disponibilizando atendimento médico e educacional [43],

*A finalidade declarada da [...] [Fundação Leão XIII] em seus estatutos era de 'dar assistência material e moral aos habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro'. Para operacionalizar esta proposta, [...] [ela] propôs-se a manter 'escolas, ambulatórios, creches, maternidades, cozinhas e vilas populares'. [44]*

Vale mencionar, também, que neste mesmo momento, um debate aparentemente contraditório sobre o problema das favelas mostra-se urgente. É a questão da regularização fundiária dessas habitações. Historicamente, a discussão em torno do direito de posse do favelado se dava em torno ao argumento de que este não dispunha de sua moradia regularmente, isto é, ele habitava ilegalmente o local, e isto justificaria, inclusive, uma série de medidas por parte do governo, como por exemplo, o despejo. Esta perspectiva não levava em conta a especificidade da ocupação de cada favela, portanto, cristalizava uma noção homogênea delas enquanto espaços à margem da lei, na fronteira da legalidade, deslegitimando a posse desse morador de regiões próximas às áreas em valorização. Porém, conforme o relatório da Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais do Rio de Janeiro (SAGMACS-RJ) [45], em 1960, esta é uma abordagem generalizante, que desconsidera o caráter heterogêneo da formação de cada favela, além de ignorar a documentação que atesta, por exemplo, o aluguel de barracos, pressupondo certa legalização daquela ocupação. Porém, na década de 1950, essa questão ganha novos contornos, pois naquele momento, até mesmo por conta da expansão e do surgimento de favelas em outras localidades, proprietários e oportunistas surgem no cenário político reclamando a posse de terrenos, o que implicaria no despejo dos favelados, ou na indenização pela ocupação indevida.

Em resposta a esse cenário, em 1952, surge a Associação dos Favelados do Morro do Borel, que, dois anos mais tarde, torna-se a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), extrapolando os limites da favela de origem, sob a liderança do advogado Antoine de Magarinos Torres.

Conforme Gonçalves ressalta:

*Apesar da ausência de uma política maciça de remoção dos favelados até os anos 1960, estes foram submetidos a intensas pressões por parte dos pretensos proprietários dos terrenos ocupados pelas favelas. A pressão imobiliária com relação a esses terrenos fez eclodir, durante os anos 1950, uma multiplicidade de processos judiciais, reivindicando o despejo dos favelados. Para fazer face a essa ameaça, os habitantes da Favela do Borel, por exemplo, impetraram recursos, com o auxílio de um advogado, Antoine de Magarinos Torres, que propôs aos favelados, em 1954, a criação de uma associação – a União dos Trabalhadores Favelados (UTF) – com o objetivo de angariar os recursos necessários para fazer frente às custas processuais e à sucumbência das decisões prolatadas. [46]*

Magarinos Torres, conhecido popularmente como o “advogado dos pobres”, e a UTF, provavelmente foram os exemplos mais expressivos da ação do Partido Comunista junto às favelas cariocas [47]. Eles dispõem de uma relevante contribuição para a investigação do surgimento da Cruzada São Sebastião, porque ambos respondem, ainda que de maneiras distintas, às mesmas questões: a influência comunista, o crescimento das favelas e a ameaça de despejo. A UTF, além de defender os moradores contra a desocupação dos morros, trabalhou em prol da legitimação da posse da terra pelos favelados, protestou contra as práticas de violência policial nas favelas e construiu um discurso que buscava universalizar os

direitos dos favelados, na tentativa de romper com a marginalidade imposta àqueles espaços e seus habitantes [48]. Ainda que outras associações de moradores tenham sido criadas na década de 1950, o que demonstra a capacidade de mobilização política dos favelados, suas reivindicações constituíam uma pauta focada em questões pontuais e locais [49]. Não havia uma estrutura associativa que congregasse os movimentos representativos dos moradores de favelas, e este papel ficou a cargo da UTF, a primeira plataforma supralocal de representação dos favelados que os associava à condição de trabalhadores, a fim de alimentar a emergência de uma consciência de classe trabalhadora e favelada [50].

Ainda conforme Gonçalves:

*O debate político fixou-se então na ideia de que a inserção social das favelas, no tecido urbano da cidade, provocava uma perigosa proximidade espacial entre as classes sociais, capaz de gerar graves tensões sociais. Esse postulado acabou, evidentemente, legitimando os interesses econômicos ligados ao mercado imobiliário que contemplava, mais cedo ou mais tarde, a eliminação das favelas das zonas mais abastadas da cidade. [51]*

Este é o ponto inicial que permite relacionar os contextos político, eclesial, e social. É neste amplo panorama, no qual as favelas crescem cada vez mais, expondo no alto dos morros as contradições da cidade na qual a proximidade espacial contrasta com a distância econômica e social, que um padre nordestino vindo para a então capital federal, como muitos favelados, ainda que deles distinto por conta de seu pertencimento a instituição eclesiástica, se insere e formula sua contribuição para a questão das favelas na cidade.

O então Arcebispo Coadjutor da cidade do Rio de Janeiro chegou ao Distrito Federal em 1936, e, ao final do 36º Congresso Eucarístico Internacional em 1955, quando criou a Cruzada São Sebastião, já dispunha de quase duas décadas de observação e acompanhamento do crescimento das favelas na cidade. O nascimento da Cruzada, na mente e no coração do Arcebispo, segundo seus biógrafos brasileiros, deu-se em uma conversa com o prelado de Lyon, o Cardeal Gerlier, ao final daquele evento que o recém nomeado bispo Helder Camara havia organizado e que supusera uma obra grandiosa no Aterro do Flamengo para sediar. Ao que consta, o diálogo teria se dado da seguinte maneira:

*- Permita-me falar-lhe como um irmão, um irmão no batismo, um irmão no sacerdócio, um irmão no episcopado, um irmão em Cristo. Você não acha que é irritante todo este fausto religioso em uma cidade rodeada de favelas? Eu tenho certa prática em organização e por ter participado desse congresso devo dizer-lhe que você tem um talento excepcional de organizador. Quero que faça uma reflexão: por que, querido irmão Dom Helder, não coloca todo esse seu talento de organizador que o Senhor lhe deu a serviço dos pobres? Você deve saber que o Rio de Janeiro é uma das cidades mais belas do mundo, mas é também uma das mais espantosas, porque todas essas favelas, neste quadro de beleza, são um insulto ao criador... [52]*

Ao que D. Helder teria respondido:

*- Este é um momento de virada na minha vida. O senhor poderá ver minha consagração aos pobres. Não estou convencido de possuir dotes excepcionais de organizador, mas todo o dom que o Senhor me confiou colocarei ao serviço dos pobres. [53]*

Ainda que não haja uma documentação capaz de sustentar a veracidade do diálogo, a não ser a entrevista fornecida pelo próprio bispo ao jornalista francês José de Broucker em 1977 [54], é possível dizer que, como afirma o ditado popular italiano, *se non è vero, è bene trovato*: Se não é verdade, foi muito bem contado. Se é verdade ou não que o Cardeal Gerlier

fez a observação tão pertinente a D. Helder e se o arcebispo do Rio respondeu-lhe anunciando uma guinada em suas opções pastorais, talvez não cheguemos a comprovar, mas seja como for, essa virada efetivamente se deu nos anos que se seguiram.

A grandiosidade do desafio das favelas na cidade contrastava com a simplicidade da solução proposta pela Cruzada idealizada por D. Helder. Através de um projeto que integrasse Igreja, governo municipal e iniciativa privada, o arcebispo desejava, pelos meios que seus dotes de articulador lhe pudessem garantir, reassentar todos os favelados em moradias dignas, prédios de apartamentos construídos em terrenos contíguos às favelas, em um prazo de até doze anos, quando a cidade completaria seu quarto centenário, em 1967. Embora este objetivo não tenha se consolidado, e o único lugar onde ele atingiu esse intento tenha sido o Bairro São Sebastião, no Leblon, que acolheu boa parte dos moradores da favela da Praia do Pinto antes do incêndio de 1969, até hoje representa uma inovação, tanto se comparado à maioria das iniciativas contemporâneas a ela, quanto às posteriores.

Segundo Valladares:

*Lembremos que a Cruzada São Sebastião constituiu uma virada na representação política da favela. O reconhecimento e a promoção dos moradores das favelas ao estatuto de comunidade e, por conseguinte, a sujeito político potencialmente autônomo, tanto rompia com uma visão puramente negativa do mal a ser erradicado quanto com a política de assistência caritativa e clientelista do período anterior. A Cruzada foi também a primeira intervenção a produzir uma ação quantitativamente significativa de produção de moradias permanentes, em um terreno bem próximo, para favelados removidos, ao contrário dos parques proletários concebidos como transitórios.*  
[55]

O ousado plano contou, como veremos a seguir, com a estreita colaboração do estado, em um movimento de cooperação entre as forças conservadoras da sociedade carioca, pois “[...] cristãos e elites anticomunistas buscavam um projeto político para uma sociedade em plena reconstrução.” [56]. Além disso, os interesses eclesiais se coadunavam com os federais, e a convergência desses horizontes fez com que o presidente João Fernandes Café Filho (1954 – 1955) disponibilizasse cinquenta milhões de Cruzeiros para o início das obras de urbanização de alguma favela, desde que a Cruzada honrasse o compromisso de fazê-lo o quanto antes possível. Isto exemplifica, portanto, os artigos 2 e 4 dos estatutos da Cruzada, citados anteriormente.

Também os planos de autofinanciamento da Cruzada foram subsidiados pelo governo federal inicialmente. O presidente Juscelino Kubitschek assinou o decreto nº 39.635, que conferia à Cruzada São Sebastião o direito de aforamento de um terreno de mangues e alagadiços de dois milhões de metros quadrados que se estendia da Rua Lobo Júnior, às margens da Avenida Brasil, até o Rio Estrela, no dia 19 de julho de 1959. Por sua vez, a Cruzada se propunha a doar às firmas encarregadas das construções, a sexta parte de cada terreno dragado e aterrado [57]. Era um negócio interessante, pois o local dispunha de qualidades privilegiadas para a construção de um grande mercado, cujo fluxo de capital esperado sustentaria o financiamento das obras de urbanização das favelas e livraria a instituição da dependência dos recursos governamentais, além de, conseqüentemente, protegê-la das instabilidades políticas [58]. Alimentada por três grandes rodovias (Rio-Bahia, Rio-São Paulo e Rio-Belo Horizonte), por duas ferrovias (Central do Brasil e Leopoldina), além de ter um cais atracável, o Mercado São Sebastião se tornaria o maior centro de abastecimento de gêneros alimentícios do país, e estava destinado a centralizar 60% de todo alimento consumido no Rio de Janeiro [59].



Figura 6: Dom Helder Camara e o presidente Juscelino Kubitschek. s.d.. Fotógrafo desconhecido. Acervo Obras de Frei Francisco.



Figura 7: O Mercado São Sebastião, apresentado como Solução definitiva ao problema do abastecimento. Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro, n. 867, p. 3, abr.. 1958.

A Cruzada São Sebastião, tomada em sua proposta mais abrangente, surgiu como resposta da ala progressista da Igreja Católica às questões sociais urgentes na cidade, e expressa o contexto político e eclesial de sua época de criação. A expansão das favelas e o espetáculo chocante da miséria na cidade provocava, na igreja, o desejo de uma resposta de cunho humanista. A influência comunista, institucionalizada na UTF, se configurava como uma ameaça para os católicos de então, que procuravam contrabalançar a presença da militância de esquerda com iniciativas junto ao mundo do trabalho e as populações pobres. E a ameaça de despejo e remoção dos favelados sublinhava a emergência de projetos voltados para essa população. Essas três coordenadas não estavam separadas hermeticamente, mas se entrecruzavam, por isso demandavam uma ação conjunta e coesa por parte da Igreja, que fosse capaz de atingir esses três fenômenos em um só movimento. Esta perspectiva orientava também o discurso de D. Helder, que afirmava: “[...] para superar as lutas de classe, era necessário reaproximar as classes. Foi por isso que quisemos reassentar os pobres lá mesmo onde os ricos moravam.” [60]. “Superar as lutas de classe” é o objetivo maior, sublinhado por várias vezes. Isso seria possível não somente pela proximidade, mas também através do reconhecimento do favelado enquanto um cidadão de direito, que poderia dispor da posse regular de um imóvel. Pela primeira vez um morador de favela seria reassentado em uma residência legalmente estável, que dispunha de infraestrutura razoável e que não acarretaria no rompimento necessário de suas práticas sociais mais significativas. Ainda que as favelas, enquanto tais, já não mais figurassem na paisagem carioca se a Cruzada obtivesse o êxito completo de seus objetivos, seria possível contemplar uma cidade onde os mais pobres não seriam expulsos para cada vez mais longe, mas comporiam, não só de maneira mais eficaz, mas compartilhada, o tecido urbano.

A Cruzada, em sua concepção mais ampla, buscava abrir espaço para a participação dos favelados, incentivando a criação de associações de moradores. Porém, este é um ponto crítico entre os pesquisadores, pois não há unanimidade acerca dele. Por um lado, há autores como Rafael Gonçalves que afirmam que a Cruzada “controlava rigorosamente” [61] estas associações, por outro, autores como Marcelo Burgos [62] e Lícia Valladares sustentam que não houve um “controle rigoroso”, mas um posicionamento de interseção, por vezes direto, entre o Estado burocrático e a população local. Mais interessante, entretanto, parece ser a segunda via, pois não exclui a possibilidade de atitudes mais centralizadoras por parte da instituição e, também, não recusa uma atuação dela junto às bases. Segundo Valladares:

*A ideia de servir como intermediária entre o Estado burocrático e a população local (no interesse desta última), era um dos objetivos explícitos da Cruzada. [...]. A intenção era contra-atacar a prática clientelista de inúmeros deputados e conselheiros municipais que, já há muito tempo, consideravam as favelas seus currais eleitorais. Mas, além da implicação política, devemos lembrar que essa iniciativa da Igreja levou ao reconhecimento de fato das favelas, assim como o reconhecimento do direito de seus habitantes aos equipamentos públicos básicos. Situando-se, pelo menos em teoria fora do jogo político, a Igreja de esquerda pretendia representar um papel substituto, tomando a defesa dos pobres e, ao mesmo tempo, ajudando sua emancipação política. Enquanto, inversamente, a igreja tradicional costumava colocar os pobres sob tutela através de suas múltiplas ações caritativas. [63]*

Contudo, não se pode negar que, apesar de a Cruzada São Sebastião simbolizar uma participação mais ativa da Igreja junto às camadas mais pobres, essa atuação tenha se dado sem ressalvas e mecanismos de controle. Os candidatos à moradia provenientes da favela da Praia do Pinto, por exemplo, deveriam participar de uma série de entrevistas e atender a certos critérios estabelecidos pela instituição católica, a fim de pleitear um apartamento no conjunto habitacional. Residir há pelo menos quatro anos na favela, ser relativamente pobre, ter uma família regularmente constituída, isto é, ser legalmente casado, ter filhos e não ter parentes com antecedentes criminais eram alguns dos pré-requisitos para pleitear os apartamentos [64]. Além disso, também houve iniciativas para controlar e remodelar os costumes dos moradores, como a criação de “decálogos” (listas de mandamentos ou preceitos) para homens, mulheres e crianças demonstram. O termo decálogo, empregado para expressar as regras a serem seguidas, é expressivo do universo linguístico de referência da Cruzada, uma vez que remete ao termo utilizado pela exegese bíblica para os dez mandamentos que Antigo Testamento diz terem sido recebidos diretamente de Yahvé por Moisés no Monte Sinai. A alusão a “decálogos” remete, portanto, a uma ordenação de origem divina, e sua proposta concreta dirigida a homens, mulheres e crianças reitera a matriz de uma “cruzada” inspirada no horizonte de cristandade, ao menos no que se refere ao universo linguístico, que sempre expressa algo que não somente uma simples fórmula vocabular.

Um “código de honra”, era assim que estas normas morais eram vistas pelos integrantes Cruzada São Sebastião [65]. Segundo Nadyr Coutinho, assistente social que trabalhou junto aos moradores da Favela da Praia do Pinto e autora da monografia de conclusão de curso intitulada “Um ensaio de aplicação das técnicas de organização social de comunidade num projeto piloto de conjunto residencial para ex-favelados”, apresentada na Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1958, afirma que o código foi escrito de uma forma que visava atender ao “alcance de suas mentalidades” [66].

Assim, os homens que se beneficiavam das iniciativas da Cruzada eram denominados os “Cavalheiros de São Sebastião”. A eles estava dirigido o seguinte decálogo:



1. *Palavra de homem é uma só;*
2. *Ajude seu vizinho;*
3. *Bater em mulher é covardia;*
4. *Sem exemplo não se educa;*
5. *Homem que é homem não bebe até perder a cabeça;*
6. *Jogo, só futebol;*
7. *Difícil não é mandar nos outros: é mandar na gente;*
8. *Comunismo não resolve;*
9. *Quero meu direito, mas cumpro minha obrigação;*
10. *Sem Deus não somos nada.* [67]

Provavelmente a população masculina do Bairro São Sebastião e outros beneficiários da Cruzada teriam alguma dificuldade em entender o significado de um “decálogo” abstrato, mas entendiam muito bem o conteúdo dos preceitos formulados de maneira simples e direta, iniciados com questões de seu cotidiano nos 7 primeiros mandamentos, para concluir-se com a alusão direta ao horizonte de sentido da ação da Cruzada: a oposição ao comunismo, a cristianização e a afirmação de que direitos implicam em deveres. Ainda que as mulheres já detinham o direito de voto desde a Constituição de 1934, o espaço público, assim como o político, é destinado exclusivamente aos homens conforme o decálogo [68].

Para as mulheres, as “Legionárias de São Jorge”, destinavam-se os seguintes mandamentos:

1. *Questão fechada: casa limpa, arrumada e bonita;*
2. *Quando um não quer, dois não brigam;*
3. *Anjo da paz e não demônio de intriga;*
4. *Não vire a cabeça porque o marido não tem juízo;*
5. *Se o marido faltar, seja mãe e seja pai;*
6. *Educar de verdade, sem palavrão, sem grito e sem pancada;*
7. *Seja liga com os educadores de seu filho;*
8. *Não seja do contra: com jeito se vai à lua;*
9. *Nada mais triste do que mulher que degenera;*
10. *Mulher sem religião é pior que homem ateu.* [69]

Além de sublinhar a preocupação de designar às mulheres o espaço doméstico, este regulamento sugeria zelo rigoroso com o modo de conduta feminino ideal, que preconizava a maternidade, a família, a obediência ao marido e a dedicação ao lar [70]. Expressivos do lugar social destinado à mulher, a casa, a contemporização nos conflitos, a educação dos filhos e a responsabilidade em última instância por eles, mas não o mundo do trabalho, os mandamentos das “legionárias” resumem o ideal feminino identificado com a figura de um “anjo” e apontam os perigos que acossam as mulheres na perspectiva de seus formuladores: a intriga, o desvio moral aludido por um impreciso “virar a cabeça”, a violência com os filhos resumida na gradação “palavrão”, “grito” e “pancada”, o “ser do contra” e, cumulo de todos os males, a “degeneração”, reiteração do perigo do desvio moral. Por alguma razão, o décimo mandamento afirma que “mulher sem religião é pior que homem ateu”, o que vem a corroborar o sentido comum segundo o qual “religião é coisa de mulher”.

E para as crianças, os “Pequeninos de São Cosme e Damião”, o decálogo previa:

1. *Nem covarde, nem comprador de briga;*
2. *Desgosto aos pais, jamais;*
3. *Antes só do que mal acompanhado;*
4. *O que suja mão é pegar no alheio;*
5. *Menino de bem não diz palavrão;*
6. *Homem não bate em mulher; é triste mulher que se mete a homem;*

7. *Não minta nem que o mundo se acabe;*
8. *Delicadeza cabe em qualquer lugar;*
9. *Quem não aproveita a escola se arrepende o resto da vida;*
10. *Quem não reza é bicho.* [71]

Para as crianças, o decálogo parece recolher fórmulas de sabedoria popular que ouviriam de seus pais e avós, reiterar a importância de uma convivência harmônica e pacífica, sublinhar papéis de gênero sexistas e insistir no papel da escola como instância definidora do futuro dos cidadãos. O décimo mandamento, como nos demais decálogos, destinado a questões de natureza religiosa, surpreende nossas sensibilidades contemporâneas, mas volta a retomar uma fórmula repetida no universo popular: “Quem não reza é bicho.”.

Em síntese, Simões afirma:

*Este código de normas morais criado pela Cruzada São Sebastião para os moradores da favela constituía-se de recomendações para uma família ideal, segundo os preceitos da Igreja. As Legionárias se ocupariam da vida doméstica. Os Cavalheiros, ao observarem o código, estariam zelando por suas condutas na vida pública. E os Pequeninos, por fim, aprenderiam a se comportar em determinadas situações e relações.* [72]

Vale chamar a atenção para o oitavo mandamento dos Cavalheiros de São Sebastião: “Comunismo não resolve.”. Ele se somava a outra disposição interna do novo conjunto habitacional que proibia qualquer reunião de natureza política nos apartamentos do Bairro [73]. Ora, estes traços permitem entrever o desejo de contraposição da Cruzada aos militantes comunistas, expresso, inclusive, no fato de Dom Helder se antecipar à UTF e organizar, em 1957, o primeiro congresso de órgãos representativos dos favelados da cidade. Nas palavras do Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro: “[...] o Congresso de Representantes de Favela significa uma ponta de lança democrática em redutos que os comunistas acreditavam lhes pertencessem.”, e, também:

*Não estamos numa sessão política ou religiosa. Não somos iguais aos candidatos que aparecem antes da eleição e, somem depois, sem cumprir. Somos homens que querem se unir em torno de um ideal, homens católicos, protestantes, espíritas, ou lá o que seja, decididos a melhorar de situação a vida de milhares. Eu só tenho medo dos que não acreditam em Deus, dos comunistas. Cuidado, porque para eles quanto mais miséria existir, haverá mais campo a explorar.* [74]

Ainda que haja uma suposta pretensão ao apartidarismo e ao ecumenismo na frase: “Não estamos numa sessão política ou religiosa.”, o horizonte de ação da Cruzada São Sebastião preconizado pelo seu idealizador permaneceu claro e nítido: “Eu só tenho medo dos que não acreditam em Deus, dos comunistas. Cuidado...”. A escolha dos representantes de cada favela pelo pároco local reitera o temor do Arcebispo, e possibilita inferir que este congresso foi pouco representativo da realidade política dos moradores.

Embora a Cruzada São Sebastião, durante certo período, dispusesse de significativa expressão política, ela perdeu influência após a eleição do jornalista e então político Carlos Lacerda, governador da Guanabara, em 1960. Mudanças institucionais foram aplicadas pelo governo, acirrando o conflito existente entre o novo governador e Dom Helder, o que de alguma forma colaborou para a transferência do arcebispo para a Diocese de Olinda e Recife, minando gradualmente o poder local de mobilização da Cruzada.

Além daquele que foi o primeiro e maior feito da Cruzada São Sebastião, o Conjunto Habitacional do Leblon, apenas doze das 130 favelas cariocas de então obtiveram alguma melhoria com as obras da Cruzada. 51 projetos de redes de luz foram implantados em várias dessas localidades e, além da Praia do Pinto, as favelas Parque Alegria e Morro Azul foram

urbanizadas, ainda que parcialmente. No entanto, até hoje se ouvem os ecos do Bairro São Sebastião, encrustado no coração do espaço símbolo da burguesia carioca, cantar o samba do carnaval de 1957, de autoria de Luiz Antonio e gravado por Heleninha Costa: “Obrigado, Reverendo!”.

*Obrigado, reverendo  
Deus lá no céu está vendo  
A nossa gratidão.  
Acabou meu sofrimento,  
Você fez apartamento  
Em lugar de barracão.  
E a favela diz bem alto  
Quem traz o morro para o asfalto  
Tem o nosso coração.  
Ai, ai, só vendo o reverendo,  
Só vendo, quanta alegria.  
Ai, ai, só vendo o reverendo,  
Só vendo, o olhar de Maria. [75]*

Nele, a percepção de que o protagonismo da ação da Cruzada era, inquestionavelmente, do “Reverendo”, como o samba se refere à D. Helder, é evidente. E a inscrição do projeto no âmbito de atuação da Igreja Católica e em seu horizonte de sentido se resume na afirmação de que “Deus lá do céu está vendo” e que é “o olhar de Maria” que permite ver o significado da obra empreendida. Mas é a síntese expressa nos versos a seguir que melhor indica a percepção do sentido da Cruzada como ação integradora da favela no tecido urbano, na contramão de tantas fissuras do que, hoje, reconhecemos como uma “cidade partida” [76].

*Você fez apartamento  
Em lugar de barracão.  
E a favela diz bem alto  
Quem traz o morro para o asfalto  
Tem o nosso coração. [77]*

### III - Conclusão

Este trabalho buscou compreender a especificidade da Cruzada São Sebastião, dentre as propostas de solução para o chamado problema das favelas cariocas, na década de 1950 e 1960. A partir de uma análise daquelas que parecem ser suas principais contribuições, investigou-se o contexto político, eclesial e social que pautaram sua atuação no Rio de Janeiro, a fim de nuançar sua abordagem.

Enquanto uma resposta da ala progressista da Igreja Católica às questões urgentes da cidade, a Cruzada idealizada por Dom Helder Camara em 1955 dispõe de uma significativa intervenção no debate acerca da habitação popular carioca. Um “novo alento em um velho debate” [78]. Maior do que hoje nos parece, em sua origem ela tinha como alvo toda a cidade do Rio de Janeiro e mobilizava diversas ações, bem como diversos agentes, ao redor de um mesmo projeto: uma cidade capaz de reduzir as exclusões e integrar os cidadãos. Para tal, ela propunha uma maneira original, portanto “racional”, “humana” e confessional, de interpelar o crescimento das favelas, da influência comunista junto à elas, e da ameaça de despejo dos moradores por supostos donos de terrenos: urbanizando-as ou construindo conjuntos habitacionais próximos à elas, capazes de reassentar os favelados em imóveis que dispusessem de melhores condições materiais, onde poderiam desfrutar do direito inalienável de posse da propriedade.

Ainda que as favelas, tal como eram, não mais configurassem o alto dos morros do Rio de Janeiro, caso as intenções do Arcebispo Coadjutor e sua equipe tivessem sido efetivadas

completamente, seria possível vislumbrar uma cidade cujo tecido urbano é elaborado de maneira mais compartilhada, o que inviabilizaria o sentimento de uma “cidade partida” [nota] entre morro e asfalto, os de cima e os de baixo. Em decorrência das décadas que sucederam a Cruzada São Sebastião, marcadas pela política levada à ferro e fogo, literalmente, de remoção de favelas e favelados para as periferias e arrabaldes da cidade, a Cruzada constituiu-se em uma atitude inovadora, pois consolidou os mais pobres no tecido urbano bem onde os terrenos são mais valorizados e altamente especulados.

Porém, tratava-se de um momento repleto de contradições, que atravessavam não somente a cidade, mas a sociedade e também a instituição eclesiástica. Ainda que a Cruzada tenha marcado o início de uma maior participação da Igreja Católica junto às camadas mais pobres da população, este foi um processo que se deu em meio a ressalvas e mecanismos de controle, até encontrar uma maior solidificação da chamada opção preferencial pelos pobres com o Concílio Ecumênico Vaticano II, em 1961 e, posteriormente, com as Conferências Episcopais Latino Americanas de Medellín e Puebla.

#### IV - Referências

- 1 - VELHO, Gilberto Cardoso Alves. Memória, identidade e projeto. In: \_\_\_\_\_ **Projeto e metamorfose**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 97 – 105.
- 2 - GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: História e direito**. Rio de Janeiro: Editora PUC / Pallas, 2013. p. 33.
- 3 - RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. A poética da ação: D. Helder e a cidade do Rio de Janeiro. In: COMISSÃO DO ANO D. HELDER NA PUC (Org.). **Dom Helder Camara: Cem anos de um dom**. Rio de Janeiro: [s.e.], 2009. p. 48.
- 4 - VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. p. 77.
- 5 - Helder Camara consta como integrante do corpo docente das Faculdades Católicas (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a partir de 1947), desde sua assinatura na Ata de Professores e Funcionários Administrativos, em 1942, até 1964, último ano em que seu nome é registrado nos Anuários da PUC-Rio. A partir de sua nomeação ao cargo de bispo, em 1952, ele é assinalado sob o título de professor licenciado, o que o eximia de atividades regulares na Universidade. Desta maneira, ele consta nos documentos administrativos da PUC-Rio desde quando ainda era padre professor (a partir de 1944), até sua nomeação a bispo (em 1952), e transferência para a diocese de Olinda e Recife (em 1964).
- 6 - SLOB, Bart. **Do barraco para o apartamento: a “humanização” e a “urbanização”** de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro. Vakgroep Talen en Culturen van Latijns-Amerika: Universiteit Leiden, Holanda, 2002. p. 27.
- 7 - Vale ressaltar que o crescimento das favelas no Rio de Janeiro, principalmente até o final da década de 1960, acompanhava o desenvolvimento econômico da Zona Sul e do Centro, por conta da concentração de capital dessas regiões. Este fenômeno ocasionava uma ambiguidade aos interesses do mercado financeiro, pois ao mesmo tempo em que atendia às demandas por maior disponibilidade de mão de obra preferencialmente mais barata (por conta de sua abundância e não qualificação) e próxima, resultava também na ocupação, pelos mais pobres, dessas áreas cada vez mais valorizadas socioeconomicamente, justamente por conta de sua crescente prosperidade. Daí o contraste produzido pela proximidade entre ricos e pobres cariocas. As favelas crescerão nas zonas mais afastadas da concentração de renda somente com o adensamento das políticas públicas de remoção delas para as periferias da cidade, a partir de meados da década de 1960 até 1970.
- 8 - O Rio de Janeiro foi capital federal até 1960, quando Brasília foi inaugurada, substituindo-o.

- 9 - PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia**. São Paulo: Ática, 1997. p. 447.
- 10 - SOLUÇÃO definitiva ao problema do abastecimento. **Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro**, n. 867, p. 3, abr.. 1958.
- 11 - CRONOLOGIA DO PENSAMENTO URBANÍSTICO. Incêndio e remoção da favela Praia do Pinto. Disponível em: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1530&langVerbete=pt>>. Acesso em: 25 jul. 2015.
- 12 - VALLADARES, Licia do Prado. Op. Cit. p. 84.
- 13 - GONÇALVES, Rafael Soares. Op. Cit. p. 146.
- 14 - VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. 142 p.
- 15 - BRUM, Mario Sergio. Memórias da remoção: o incêndio da Praia do Pinto e a 'culpa' do governo. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 11., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[www.encontro2012.historiaoral.org.br/](http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/)>. Acesso em: 25 jul. 2015.
- 16 - REMOÇÃO. Direção: Luiz Antonio Pilar; Anderson Quack. Rio de Janeiro: Lapilar Produções Artísticas, 2013. 1 DVD (85 min.), Color.
- 17 - CRONOLOGIA DO PENSAMENTO URBANÍSTICO. Op. Cit.
- 18 - REMOÇÃO. Op. Cit.
- 19 - CRUZADA SÃO SEBASTIÃO. Estatutos. Rio de Janeiro, 1958. p. 1.
- 20 - RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. Op. Cit. p. 47.
- 21 - CRUZADA SÃO SEBASTIÃO. Op. Cit.
- 22 - ARAÚJO, Edvaldo Manuel de. **Dom Helder Camara: profeta-peregrino da justiça e da paz**. São Paulo: Idéias & Letras, 2012. p. 197 – 203.
- 23 - PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter.. Op. Cit. p. 135 – 140.
- 24 - ARAÚJO, Edvaldo Manuel de. Op. Cit.. p. 95.
- 25 - PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. Op. Cit. p. 9.
- 26 - CÂMARA, Hélder. Mil razões para viver: meditações do padre José. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 35.
- 27 - SIMÕES, Soraya Silveira. “Cruzada São Sebastião do Leblon: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro”. Tese de doutorado. Niterói: UFF/ICHF/PPGA, 2008. p. 129.
- 28 - VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. p. 74.
- 29 - GONÇALVES, Rafael Soares. Op. Cit. p. 144.
- 30 - Idem. Ibidem.
- 31 - Idem. Ibidem.
- 32 - Idem. Ibidem. p. 164.
- 33 - Idem. Ibidem. p. 144.
- 34 - VALLADARES, Licia do Prado. Op. Cit. p. 64.
- 35 - GONÇALVES, Rafael Soares. Op. Cit.
- 36 - VALLADARES, Licia do Prado. Op. Cit. p. 65.
- 37 - GONÇALVES, Rafael Soares. Op. Cit. p. 145.
- 38 - Idem. Ibidem.
- 39 - Idem. Ibidem. p. 148.
- 40 - Idem. Ibidem. p. 146.
- 41 - LACERDA, Carlos. Ao encontro do tempo perdido. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 mai. 1948.
- 42 - VALLADARES, Licia do Prado. Op. Cit. p. 77.

- 43 - Idem. Ibidem.
- 44 - VALLA, Victor Vincent. “Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980”. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 1, p. 284, jul./set., 1985.
- 45 - SAGMACS, Aspectos humanos da favela carioca. **O Estado de S. Paulo**. 13 e 15 abr., 1960. (Suplementos especiais)
- 46 - GONÇALVES, Rafael Soares. Op. Cit. p. 152.
- 47 - VALLADARES, Licia do Prado. Op. Cit. p. 76.
- 48 - GONÇALVES, Rafael Soares. Op. Cit. p. 153.
- 49 - Idem. Ibidem
- 50 - Idem. Ibidem.
- 51 - Idem. Ibidem. p. 149.
- 52 - PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. Op. Cit. p. 200.
- 53 - Idem. Ibidem.
- 54 - BROUCKER, José de. Les conversions d’um Evêque: entretiens avec José de Broucker. Paris: Editions du Seuil, 1977. 200 p.
- 55 - VALLADARES, Licia do Prado. Op. Cit. p. 78.
- 56 - Idem. Ibidem. p. 79.
- 57 - SIMÕES, Soraya Silveira. Op. Cit. p. 130.
- 58 - Idem. Ibidem. p. 131.
- 59 - Idem. Ibidem.
- 60 - BROUCKER, José de. Op. Cit.
- 61 - GONÇALVES, Rafael Soares. Op. Cit. p. 156.
- 62 - BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: SOUZA, Marcos Alvito Pereira de; ZALUAR, Alba Maria. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 25 – 60.
- 63 - VALLADARES, Licia do Prado. Op. Cit. p. 85.
- 64 - SIMÕES, Soraya Silveira. Op. Cit. p. 176.
- 65 - Idem. Ibidem. p. 165.
- 66 - COUTINHO, Nadyr. **Um ensaio de aplicação das técnicas de organização social de comunidade num projeto piloto de conjunto residencial para ex-favelados**. Tese de conclusão do curso de Serviço Social – Escola de Serviço Social, Instituto Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1958.
- 67 - SIMÕES, Soraya Silveira. Op. Cit. p. 165.
- 68 - SLOB, Bart. Op. Cit. p. 97.
- 69 - SIMÕES, Soraya Silveira. Op. Cit. p. 166.
- 70 - Idem. Ibidem.
- 71 - Idem. Ibidem.
- 72 - Idem. Ibidem.
- 73 - GUARNIERI, Irmã Enny. **Uma experiência de promoção social: Cruzada São Sebastião**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais, 1963.
- 74 - FIXAR o homem no campo para evitar as favelas. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 7 jan. 1957.
- 75 - CASTRO, Marcelo; DINIZ, Edson; RIBEIRO, Paula. **Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012. p. 73.
- 76 - VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 277 p.
- 77 - CASTRO, Marcelo; DINIZ, Edson; RIBEIRO, Paula. Op. Cit..

78 - FREIRE, Leticia de Luna; GONÇALVES, Rafael Soares; SIMÕES, Soraya Silveira. “A contribuição da Igreja Católica na transformação da habitação popular em problema público na França e no Brasil”. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 31, p. 103, 2010.